

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu-se a **Assembleia de Freguesia de Vialonga**, em Sessão de caráter Ordinário, no Salão Nobre da Junta, Freguesia de Vialonga, sob a Presidência do Sr. Fábio Mousinho Pinto e secretariada pela Sra. Joana Aruil, 1ª Secretária e pelo Sr. Paulo Nogueira, 2ª Secretário, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**I. Período Antes da Ordem do Dia (PAOD)**

**II. Período de Intervenção do Público**

**III. Ordem do Dia**

**Ponto Um** - Informação da Atividade da Junta de 01/09/2019 a 31/11/2019

**Ponto Dois** - Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020

**Ponto Três** - Autorização prévia genérica prevista na lei dos compromissos

**Ponto Quatro** - Mapa de Pessoal para 2020

**Ponto Cinco** - Tabela de Taxas Tarifas e Licenças para 2020

**Ponto Seis** - Proposta de Alteração ao Regulamento de Trânsito da Freguesia de Vialonga - (Largo da Igreja, Rua da Escola na localidade da Granja)

-----  
**Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições:** Na bancada do Partido Socialista (PS) a eleita Carina Correia foi substituída por Pedro Fernandes e Ana Catarina Necho foi substituída por João Tremoço.

-----  
**Registaram-se as presenças dos seguintes Membros da Assembleia de Freguesia:**

**Mesa da Assembleia**

- Fábio Mousinho Pinto (Coligação Mais), Presidente
- Joana Aruil (CDU), 1ª Secretária
- Paulo Nogueira (CDU), 2º Secretário

**Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU)**

- Paulo Basílio
- Helena Freitas
- Ana Margarida Penedo

**Bancada do Partido Socialista (PS)**

- Bruno Cordeiro
- Pedro Fernandes
- Pedro do Canto
- João Tremoço

**Bancada do Bloco de Esquerda (BE)**

- Lina Batista

**Bancada do CDS-Partido Popular (CDS-PP)**

- Célia Duarte

**Ausentes estiveram os seguintes Membros da Assembleia de Freguesia:**

- Bancada da CDU: Não aplicável
- Bancada do PS: Não aplicável
- Bancada da Coligação Mais: Não aplicável
- Bancada do BE: Não aplicável
- Bancada do CDS-PP: Não aplicável

**O Executivo esteve apresentado pelos seguintes membros:**

- José António Alves Gomes (Presidente)
- Leonor Alves (Secretária)
- Paulo Antunes (Tesoureiro)
- Jorge Cipriano (Vogal)

**Ausentes estiveram os seguintes Membros da Junta de Freguesia:**

- António Mateus (Vogal) ausente por motivo de doença

Havendo quórum, com a presença de todos os Membros da Assembleia de Freguesia, o Sr. Presidente da Assembleia deu início à reunião da Sessão Ordinária, saudando e cumprimentando todos os presentes (membros do Executivo da Junta de freguesia, eleitos das bancadas da Assembleia e pessoas presentes no público).

-----  
**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**  
-----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (PMAF), Fábio Mousinho Pinto, deu início aos trabalhos e pediu à 1ª Secretária, Joana Aruil, que procedesse à leitura da correspondência recebida.

**Joana Aruil (1ª Secretária):** Cumprimentou os presentes e leu a correspondência recebida.

O Sr. PMAF passou à leitura das Moções apresentadas e entregues na Mesa, começando pela primeira, da bancada do CDS-PP, “Por um serviço de transporte público urbano em Vialonga”, e deu a palavra à eleita daquela bancada, Célia Duarte.

**Célia Duarte (CDS-PP):** Leu a Moção cuja proposta era criar um serviço de transporte colectivo na freguesia, de 2ª a sábado, com itinerários que garantam uma boa cobertura das zonas residenciais da freguesia. Defende a bancada do CDS-PP, disse CD, que, ao aprovar a Moção apresentada, seja endereçada à CMVFX essa pretensão para ser considerada e assim garantir que os residentes em Vialonga possam ter um serviço de transporte público urbano que melhore a mobilidade dentro da freguesia no acesso aos serviços públicos, designadamente o serviço público de saúde. Acrescentou que este transporte era mais conhecido pelo “Rodinhas”, não existindo e fazendo todo o sentido, como defendia a Moção.

O Sr. PMAF, deu a palavra à bancada do PS, e o eleito Pedro do Canto.

**Pedro do Canto (PS):** Depois de cumprimentar os presentes e ouvintes on-line, alertou que algumas questões se levantavam à criação desse transporte, que aliás já em tempos tinha existido em Vialonga e cujo número de utilizadores não tinha afinal sido assim tão expressivo, como aliás o Senhor PJFV poderia falar depois, com números que poderia apresentar e que sustentavam essa ideia. Alertou o eleito PC que, face às alterações previstas para a área metropolitana de Lisboa no sistema de transportes, esta iniciativa apresentada na Moção tornar-se-ia um pouco extemporânea, originando um aumento de despesas para a CMVFX e para a própria JFV, pelo que, a bancada do PS teria

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO – ATA Nº 4/2019

dificuldade em acompanhar aquilo que a Bancada do CDS-PP propunha, votando sim, favoravelmente mas numa proposta para melhorar o sistema de transportes.

O **Sr. PMAF** voltou a dar a palavra à eleita Célia Duarte.

**Célia Duarte (CDS-PP):** Defendeu fazer todo o sentido manter a Moção, dado não existir um transporte para circulação na freguesia que é muito extensa.

O **Sr. PMAF** deu a seguir a palavra ao eleito da bancada da CDU, Paulo Basílio.

**Paulo Basílio (CDU):** Cumprimentou os presentes na sala e seguidores on-line e começou por dizer que a sua bancada iria fazer dois reparos à volta desse transporte: era importante que não circulasse apenas para acesso ao Centro de Saúde mas que contemplasse também outros locais onde os residentes precisassem deslocar-se, não vindo até nenhum mal numa chamada de atenção a quem de direito para que Vialonga não continuasse afastada ou esquecida.

O **Sr. PMAF** deu depois a palavra ao eleito da bancada do PS, Bruno Cordeiro.

**Bruno Cordeiro (PS):** Depois de cumprimentar todos, reforçou que a sua bancada, embora concordante com a importância do reforço da rede de transportes que servia a freguesia, e dado o investimento da CMVFX de dois milhões e quatrocentos mil euros para garantir que todos os munícipes tivessem acesso ao passe metropolitano, o que era uma vantagem do ponto de vista da mobilidade, partilhava do ponto de vista do seu colega de bancada PC. Explicou que teria que haver alguma articulação entre o próprio Centro de Saúde, que se previa ser inaugurado durante o próximo ano, mas sobre isso poderia depois o Senhor PJF acrescentar algo mais, a ARLS, a CMVF e a Área Metropolitana de Lisboa na definição desse transporte que iria servir o espaço onde iria funcionar o novo Centro de Saúde e que por isso a bancada do PS, reforçava, não poder acompanhar a Moção apresentada pela bancada do CDS-PP.

O **Sr. PMAF** deu a palavra à eleita Lina Batista, da bancada do BE.

**Lina Batista (BE):** Cumprimentou os presentes e os que acompanhavam a sessão on-line disse que, no imediato, o Centro de Saúde estava localizado no sítio que estava e que, tendo isso em conta e colocando-se no lugar de uma pessoa de idade, sem viatura própria, e com necessidade de utilizar um autocarro, a paragem mais próxima obrigava a subir uma grande rampa ou uma escadaria e que portanto considerava o “Rodinhas” uma mais valia já que facilitaria a estas pessoas a circulação entra casa e o Centro de Saúde. O que viesse no futuro, disse, melhor seria ou não, mas que naquele momento, considerava de todo a Moção propositada.

**Joana Aruil** (1ª Secretária) deu a palavra ao eleito Fábio Mousinho, da bancada da Coligação Mais.

**Fábio Mousinho (Coligação Mais):** Disse querer partilhar a sua solidariedade com a Moção apresentada pela Bancada do CDS-PP, já que era sobejamente conhecida a dificuldade existente na freguesia no que respeitava à mobilidade nos transportes. Partilhava da opinião da Bancada da CDU, que este transporte não devia só servir especificamente o Centro de Saúde mas devia contemplar outros pontos da freguesia onde os transportes parecessem ser manifestamente insuficientes e assim nada tinha a obstar e votaria favoravelmente à Moção em apreço.

O **Sr. PMAF** deu a palavra à eleita Célia Duarte da bancada do CDS-PP.

**Célia Duarte (CDS-PP):** Disse querer esclarecer que a Moção que apresentavam não propunha este transporte em exclusivo para acesso ao Centro de Saúde mas sim a toda a freguesia. Insistiu que o que a Moção sugeria era que o Terminal deste transporte fosse no Centro de Saúde.

## **SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO – ATA Nº 4/2019**

Continuou ainda dizendo que, relativamente ao comentário da bancada do PS sobre a extemporaneidade da proposta que a sua bancada apresentava, alertava que processos daquela natureza eram morosos e a verificar-se a CMVFX dar seguimento à Moção no sentido de desenvolver parcerias com uma transportadora, levava tempo e não poderiam ser tratados todos os trâmites em cima dos acontecimentos. Portanto, não tinha dúvidas não ser uma questão extemporânea.

O **Sr. PMAF** considerou estarem espelhados os argumentos de todas as bancadas e, sem ninguém a obstar, propôs passarem à votação da Moção o que aconteceu com a sua aprovação por maioria com votos a favor das bancadas do CDS-PP, CDU, BE e Coligação Mais e abstenção da bancada do PS.

O **Sr. PMAF** deu a palavra ao eleito do PS, Bruno Cordeiro.

**Bruno Cordeiro (PS):** Usou da palavra para apresentar uma declaração de voto e salientar que, não tendo nada contra o princípio de garantir a acessibilidade para o atual Centro de Saúde de Vialonga, voltava a salientar que, tendo em conta as reformulações que iam estar em cima da mesa a partir de dois mil e vinte na rede concelhia de transportes, com grande impacto na freguesia de Vialonga, considerava aquela bancada haver um risco de sobreposição e por isso se tinham absterido relativamente àquela matéria.

O **Sr. PMAF** deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia.

O **Sr. PJF**, depois dos cumprimentos gerais, disse achar importante fazer um esclarecimento sobre o passado na freguesia do tipo de transporte sobre o qual se tinha estado a falar. Disse que, efectivamente, já tinha existido e tinha sido o resultado dum acordo entre o Intermarché, CMVFX e JFV e que consistia num serviço assegurado por um autocarro da Rodoviária que circulava por toda a freguesia mas que, por imposição daquela transportadora, não podia concorrer com o transporte público que a mesma assegurava e portanto limitava-se a recolher as pessoas ao longo do seu trajecto, sendo o único local de desembarque o Centro de Saúde. Acrescentou que este serviço representava um encargo mensal de mil euros para a JFV, três mil para o Intermarché e os restantes suportados pela CMVFX que seria o valor correspondente a cada passageiros em falta para cobrir a lotação máxima prevista para aquele serviço. Cada utilizador pagava um euro. Explicou depois o Senhor PJFV que dado ser reduzido o número de passageiros a utilizar este transporte, foi proposto pela CMFVX pagar em alternativa o serviço de táxi a quem precisasse, mas essa proposta acabou por não avançar e o serviço deixou de existir com muita pena de muitos idosos que deixaram de ter esse benefício. Esclareceu, ainda, o PJFV que, segundo informação divulgada pela CMVFX, as obras do novo Centro de Saúde avançariam dia seis de janeiro de dois mil e vinte, prevendo-se uma duração de trezentos e setenta e tal dias, o que significava irem decorrer por todo o ano, com um custo previsto de trezentos e setenta mil euros. Adiantou assim que a correr tudo bem, teríamos um Centro de Saúde com melhor acessibilidade e transporte público a passar à porta, no início de dois mil e vinte e um. Salientou que poderia sim, ser exigido, um reforço destes serviços em termos de horários, mas que, na sua opinião, e no momento atual, fazia todo o sentido a Moção, porque durante um ano, enquanto se mantém a localização atual do Centro de Saúde, as pessoas de idade têm dificuldade em deslocar-se.

O **Sr. PMAF** agradeceu a explanação dada e passou depois à apresentação do voto de pesar, proposto pela bancada da CDU, em nome do falecido Carlos Alberto Fernandes Braga, antigo

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO – ATA Nº 4/2019

Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga e passando à sua leitura com a concordância desta, o que culminou num minuto de silêncio em sua memória, proposto e cumprido por todos.

O **Sr. PMAF** deu a palavra ao eleito da bancada da CDU, Paulo Basílio.

**Paulo Basílio (CDU):** Disse ter vários assuntos que queria apresentar; começando por dizer que queria louvar o trabalho feito por toda a freguesia com a limpeza de sarjetas, valas e sumidouros; louvar também a conclusão da rotunda na variante, junto ao Pingo Doce, que tinha finalmente acontecido e aproveitava para pedir ao Sr. PJFV que continuasse a insistir junto da CMVFX para que a demora nesta obra não se repetisse noutros trabalhos de requalificação previstos para a freguesia.

Chamou a seguir a atenção para a degradação do estado atual das Ruas Antero de Quental, Bernardo Santareno e Fernando Pessoa, maioritariamente habitação social, sublinhou, que carecem de nova intervenção.

Salientou, a seguir, que essa intervenção não devia passar apenas por mais gastos por parte da CMVFX, mas incluir a intervenção de técnicos sociais para acompanhar os que vivem naquelas ruas, nomeadamente com a explicação das regras básicas de socialização para garantir a inclusão de todos numa forma solidária e efectiva e não apenas como acto de caridade.

Disse depois que terminava com o quinto assunto que tinha a ver com a Moção apresentada na última AF sobre a mobilidade e criação de alguns passeios em zonas identificadas como perigosas e se já teria havido alguma resposta camarária a essa questão.

O **Sr. PMAF** passou a palavra à bancada do PS, Pedro do Canto.

**Pedro do Canto (PS):** destacou a questão da mesa de voto para a população da Fonte Santa e Santa Cruz. Perguntava também ao PJF sobre a questão dos semáforos na Granja e perguntava também qual o critério para as publicações no Facebook da Junta de Freguesia.

O **Sr. PMAF** passou a palavra à eleita Helena Freitas da bancada da CDU.

**Helena Freitas (CDU):** Depois dos cumprimentos habituais a todos disse que gostaria de colocar duas questões ao senhor presidente da junta: A primeira relacionada com iluminação do natal. Disse ter a sensação que, em plena época natalícia, este ser um ano em que ainda é mais fraca, nem parecendo estarmos no Natal e como todos podiam verificar, desde as entradas na Freguesia, quer vindo de Alverca, quer vindo de Loures podia-se verificar que este ano a sensação era que até havia menos enfeites em relação ao ano passado. Tendo em conta há cerca de 4 anos o município investiu na iluminação de natal nas três cidades, ficando de parte as vilas do concelho, era expectável que investimento que se estendesse às vilas, para que, a exemplo dos objectivos do investimento nas cidades, atraísse o desenvolvimento do comércio local. A segunda questão colocada tinha a ver a ver com o Projeto de requalificação da EB2/3. Tendo em conta a situação deplorável da Escola gostava de saber se o concurso já está a decorrer e qual a previsão do as obras porque tinha estado na Escola na escola e a situação que já era degradante, tinha-se agravado, tendo verificado que em algumas salas o teto falso tinha caído havia buracos que dava para ver de uma sala para outra, portas danificadas, equipamento mesas e cadeiras completamente danificados. Insistiu que era importante saber-se efectivamente, em que ponto estava o projeto, se ía avançar ou não e previsão para o início das obras de requalificação. Terminada a sua intervenção agradeceu e disse gostar de ouvir resposta às questões colocadas.

O **Sr. PMAF** passou a palavra a Lina Batista do BE.

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO – ATA Nº 4/2019

**Lina Batista (BE):** Começou por falar do trabalho feito no bazar de natal que agradecia imenso à junta ter cedido o espaço para o evento que tinha sido benéfico para os bombeiros. Passou depois ao ponto dois que tinha a ver com a morte do Doutor Henrique Mendes, que lamentava. Disse que o tinha conhecido pessoalmente, que achava que tinha feito o bem a muitas pessoas do concelho e até do distrito. Pela pessoa maravilhosa que tinha sido e pela sua grande capacidade de ajudar, deixava o seu voto de pesar e manifestava a sua tristeza. Passou depois a outra questão relacionada com a Quinta da D. Cândida que estava “triste e abandonada” Pedia ao Senhor Presidente da Junta que olhasse um bocadinho para aquela zona. Mantinha-se o problema dos dejetos dos cães e a falta de civismo e respeito uns pelos outros. Talvez se conseguisse contornar com alguma pequena intervenção, pelo menos para as crianças. Tinha intenções de falar na situação da EB2/3 mas a eleita Helena Freitas já tinha falado. Sobre centro de saúde de Vialonga enquanto não tínhamos o novo, as condições do que existe eram muito degradantes. Tinha estado lá e confirmado o mau estado das paredes e tetos e portanto na dúvida para quando um centro novo, o actual não estava mesmo em boas condições, sendo uma situação que permanentemente a preocupava. Levantava ainda outra questão que a preocupava muito, que tinha a ver com um lar de idosos em Vialonga.

O Sr. PMAF passou a palavra ao Sr. PJF.

O Sr. PJF tomou a palavra e começou por responder às questões colocadas pelo eleito Paulo Basílio. Relativamente à rotunda da Variante concordou que estavam todos satisfeitos com a conclusão dos trabalhos, que efetivamente tinham demorado. Disse que efetivamente teria que haver um acompanhamento dos técnicos da Câmara aquando da nova intervenção que voltava a ser necessária.

Relativamente às Moções apresentadas à Câmara não tinha resposta. Esclareceu que não tinha conhecimento se na recolha do lixo havia depois mistura ou separação, não podendo portanto dizer se isso era verdade ou mentira. Sugeriu que no futuro, o que deveria ser acordado entre a Mesa da Assembleia de Freguesia e o serviço de apoio prestado pela Junta de Freguesia, sempre que houvesse moções aprovadas, dar instruções à Luísa para fazer chegar-lhe estas questões para serem colocadas na página para, na sua opinião, melhorar esse aspecto.

Relativamente ao Facebook, esclareceu não haver nenhum problema em divulgar as questões, assim elas cheguem ao seu conhecimento, não esquecendo que, não obstante algumas mensagens privadas, não deixa de ser o Facebook institucional, com a dinâmica que tem, mas que não pode divulgar tanta informação que chega (como as pessoas que perderam o seu animal de estimação ou a empresa que divulga o seu colchão). Insistiu que de facto não havia discriminação nenhuma que até era importante que chegasse mais informação das instituições porque apesar de tudo o Facebook da junta tinha a dimensão que tinha e fazia todo sentido a divulgação, ficando todos a ganhar com isso.

### ----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO RESERVADO AO PÚBLICO -----

O Sr. PMAF explicou que dada a hora adiantada, iria passar a palavra ao público a quem daria dez minutos para as suas intervenções e apelava à sua capacidade de síntese porque teria também que contar com dez minutos para a intervenção do Sr. PJF para prestar alguns esclarecimentos que tinham ficado por fazer. Pediu ainda que, se por ventura os do público inscritos

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO – ATA Nº 4/2019

para intervir não quisessem que a sua imagem fosse partilhada no vídeo teriam que dar essa nota para que se pudesse, junto do técnico, cortar a transmissão de imagem.

O **Sr. PMAF** deu a palavra ao senhor Ronaldo Agostinho, primeiro inscrito que em relação à transmissão de imagem e do vídeo, adiantou não haver problema.

**Ronaldo Agostinho:** Depois dos cumprimentos habituais, dirigiu a primeira pergunta que tinha a ver com a Rua João de Deus, sobre a vala da qual vinha falando desde dois mil e dezassete. Alertou também para a sinalização nessa rua que ainda mais complica a passagem nesse local.

Pediu depois à Mesa dois minutos para intervir numa resposta que não tinha tido oportunidade de dar em defesa do seu bom nome. O Presidente da Mesa acedeu, alertando logo que lhe cortaria a palavra se não considerasse a sua intervenção adequada. O Senhor Ronaldo Agostinho concordou e começou por falar numa publicação no Facebook da Junta onde se fala num comunicado de um julgamento, de uma condenação e um pedido de desculpas formal que afirmou nunca ter feito. Acusou a junta de expor as coisas conforme lhe apetecia e insistiu que sempre tinha tentado levar as coisas de uma forma tranquila nunca tinha querido levar avante o assunto e o que tinha acontecido, para ficar bem claro, era que a Junta nunca se tinha dirigido a si para falar sobre aquele assunto. Insistiu que nunca tinha havido um pedido de desculpas formal e nem nunca tinha havido uma condenação. Tratava-se de um processo que remontava a dois mil e dezassete e dum julgamento de setembro deste ano. Falou nas expressões “ratazana de esgoto” e “sempre os mesmos a roubar”, que tinham levado ao julgamento e a Junta tinha conseguido uma publicação na primeira página do Mirante com o assunto, e lamentava que o mesmo jornal não lhe tivesse dado a mesma oportunidade de dar a sua versão sobre o mesmo. Citou o jornal, que tinha falado de festas e muitas outras coisas. Disse que achava estranho nunca ninguém ter tido vontade de fazer uma auditoria nem nunca ninguém ter tido vontade de procurar mas o que era facto é que depois de ter dito em Assembleia o custo das festas e ter falado em nomes como a empresa Local Ideias e chamou atenção para a coincidência de nos dois anos seguintes depois ter falado e denunciado as situações, os custos da festa tenham passado de quarenta e cinco mil para dezoito. Insistiu que isso eram factos mas via a oposição tranquila e via que não faziam o seu papel que era fiscalizar.

O **Sr. PMAF** deu depois a palavra ao Sr. PJF

O **Sr. PJF** disse que relativamente à intervenção, sobre a qual começou por informar que não tinha meios humanos nem técnicos para fazer a intervenção que a Rua João Deus precisava e que já tinha reportado a situação ao vice-presidente José António Oliveira que lhe tinha dito que ia tratar da situação o mais breve possível, que logo que as obras nas ruas ao lado estivessem mais ou menos concluídas, a João de Deus também seria uma rua a ser intervencionada.

Relativamente à questão das festas tinha a dizer que antes de ter tido ajuda para ler o que era contabilidade pública, tinha tido muita dificuldade em ler o que era contabilidade pública e o que é publicado sobre essa matéria pode ser consultado por qualquer pessoa. Continuou a explicar que onde se lê oito mil euros, é relativo a festas, era verdade, mas que agregadas às festas havia uma série de despesas com a Guarda Nacional Republicana, instalação do palco, iluminação de rua, etc. Reforçou que era importante saber ler contabilidade pública que não é igual a contabilidade privada. Ainda sobre o assunto, disse que o Mirante tinha noticiado o texto que a doutora juíza tinha publicado e enviado e explicou que tinha sido abordado pela doutora Juíza para saber se ia ser pedida indemnização, ou se retirava a queixa perante um pedido de desculpas do senhor Ronaldo

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO – ATA Nº 4/2019

Agostinho, o que viria a acontecer vinte minutos depois e isso pode ser consultado porque é na íntegra o que foi despachado pela senhora doutora Juíza que o Senhor Presidente não ia pôr em causa.

O **Sr. PMAF**, apelou à paciência de todos os elementos presentes no esclarecimento de todas as questões apresentadas pelo público, num espaço aberto de diálogo, com algumas temáticas mais fáceis de abordar que outras e passou a palavra ao senhor Ronaldo, alertando que o faria pela última vez, e que não seria para fazer nenhuma pergunta, apenas responder ao que tinha sido dito.

**Ronaldo Agostinho:** Reafirmou que tinha rejeitado por três vezes a oportunidade de apresentar qualquer pedido de desculpas, pelo que não correspondia de todo à verdade o que tinha sido dito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia. Explicou que o advogado da Junta se tinha dirigido ao seu com essa sugestão mas que a tinha sempre rejeitado e que não iria revelar o que tinha sido dito na sala de audiências. Insistiu no orçamento das festas voltou a focar a empresa Local Ideias, repetindo a mesma ideia sobre os custos que acarreta.

O **Sr. PMAF** deu a palavra ao senhor António Vasco Pinto.

**António Vasco Pinto:** Não se opondo à divulgação de imagens, disse só ter três perguntas: uma delas tinha a ver com a estrada da Alfarrobeira que muito utilizava, quer como condutor, quer como utilizador de transportes públicos e via a estrada como um perfeito caos e um perigo. Referiu que à hora que ali passava de manhã era grande o número de peões que a utilizava e a falta de iluminação, a falta de marcações no piso que já quase não se vêem (só se começam a ver junto à ponte), a falta de barreiras de proteção para os pedestres, faziam dela um autêntico perigo. Sugeriu aproveitar-se a vala para criar um suposto suposto trilho seguro para as pessoas poderem passar. E nem falava na passagem por baixo da ponte, porque se se cruzar um pesado com um ligeiro, alguém fica sujeito a ficar debaixo de algum veículo.

Falou depois na situação da rotunda junto ao Pingo Doce, não a da variante, mas a outra. Chamou a atenção que “aquilo” não era uma rotunda mas um cruzamento com sentido giratório. Teria que estar identificada como tal, e como não está, não pode ser considerada uma rotunda. Perguntava se era intenção da junta mantê-la com sentido giratório ou como rotunda, porque eram duas coisas diferentes. e até se admirava como não ocorriam naquele local mais acidentes.

Depois passou a outra questão que tinha a ver com a Praceta Bento Jesus Caraça que continuava a ser uma Praceta completamente vedada ao esquecimento por parte da Junta de Freguesia. Apesar de alguns moradores tentarem embelezar aquela zona, pediu que a exemplo do que se faz noutras zonas, a Junta olhasse pela manutenção da jardinagem, com o corte de uma roseira que tapa lugares de estacionamento. Disse que era importante abrilhantar um bocadinho mais aquela zona que mais parecia uma zona de guerra. Alertou também para as falhas na limpeza urbana que é deficiente.

O **Sr. PMAF** agradeceu e passou a palavra ao Sr. PJF.

O **Sr. PJF** começou por dizer que a Estrada da Alfarrobeira era um assunto sobre o qual já todas as bancadas tinham manifestado preocupação. Em tempos era utilizada quase só pelos camiões da Central de Cerveja, mas hoje em dia, com o MARL era um comboio de viaturas e era rara a semana em que não caíam viaturas nessa vala. Confirmou que ele próprio já tinha verificado a altura da vala daquela estrada, que era de noventa centímetros e que de facto, se algum carro lá cai metade do carro fica dentro da vala. Além dos inúmeros acidentes, lembrou também que algumas mortes já

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO – ATA Nº 4/2019

tenham acontecido. Falou nos gastos com milhares de euros na estrada Nacional de não gastar largos milhares de euros e na urgência de canalizar verba para a Estrada da Alfarrobeira, porque está a rebentar pelas costuras e já não tem o mínimo de condições de segurança para os que a utilizam. Referiu ainda que é um assunto que tem sido levantado em quase todas as sessões de Câmara, e disse estar confiante que a câmara municipal teria em atenção este tipo de situações.

Relativamente à Rotunda do Pingo Doce disse que iria ver o que se passava em termos de sinalização para ver a situação para que fique definitivamente como rotunda.

Sobre a Praceta Bento de Jesus Caraça, esperava que, com as obras a decorrer na Encosta do Moinho, a situação viesse a ser resolvida. Por outro lado, explicou que a limpeza daquele talude não é fácil e dado o número de carros sempre estacionados mesmo encostados ao talude, já se partiram alguns vidros nessas tentativas de limpeza. Esperava que as obras na Encosta do Moinho ficassem concluídas no decorrer do próximo ano, até porque a grande procura de casas em Vialonga, ajudava e a falta de oferta iria ajudar a que andassem a bom ritmo e estava convencido que, de certa maneira, isso iria trazer algum arranjo à Praceta Bento Jesus Caraça. Prometeu tomar nota relativamente à limpeza urbana e melhorar esse aspecto.

O **Sr. PMAF** deu depois a palavra à última inscrita, Sr<sup>a</sup> Sónia Caldeira Reis.

**Sónia Caldeira Reis:** Depois das habituais saudações passou à sua questão, sobre os transportes. Sabendo-se das dificuldades com os transportes no percurso Vialonga/Lisboa, e sabendo também que os serviços foram descentralizados, perguntou que necessidades tinha passado a Junta à Câmara nesta matéria.

O **Sr. PMAF** deu a palavra ao Sr PJJF.

O **Sr. PJJF** informou ter havido uma reunião com a Rodoviária de Lisboa no sentido de ter algum conhecimento de algum feedback daquilo que virá a ser a descentralização dos transportes para a AMLisboa, com a envolvimento também das Câmaras Municipais as Câmaras Municipais. Tinha sido dito que a Rodoviária estava numa fase de transição, que ia ser lançado um concurso internacional concurso que, como implicava milhões de euros possivelmente ia ter um número razoável de concorrentes e que, portanto nesta fase de transição, que podia ser de um ou dois anos, seriam feitos alguns melhoramentos, com a introdução de duas viaturas de dois rodados para uma maior capacidade de de transporte. Disse que na Assembleia Municipal, ocorrida na véspera, o senhor presidente tinha dito que ia haver um reforço no sentido de que os transportes viessem melhorar, e tinha falado numa melhoria desta rede de transportes na ordem dos trinta por cento, o que na sua opinião, a acontecer, já seria muito bom.

O **Sr. PMAF** voltou a dar a palavra à Sr<sup>a</sup> Sónia Caldeira.

**Sónia Caldeira:** Esclareceu que essa informação já tinha, até porque também tinha estado presente nessa Assembleia, como pertencente à Comissão de Trânsito e sabia o que tinha sido falado. A sua dúvida, insistia, era saber que informações tinha a junta passado à Câmara sobre as reais necessidades e carências em termos de transporte para a freguesia.

O **Sr. PMAF** deu a palavra ao Sr. PJJF.

O **Sr. PJJF** explicou que a Junta ainda não tinha sido abordada para esses esclarecimentos, que o assunto estava a ser tratado internamente na Câmara e ainda não tinham envolvido as Juntas em qualquer reunião.

O **Sr. PMAF** deu novamente a palavra ao Sr. António Vasco Pinto.

**António Vasco Pinto:** Interveio para alertar que na Estrada da Alfarrobeira quer num sentido, quer noutra existiam três paragens de autocarro e nenhuma delas com cobertura, sendo logo de seguida esclarecido pelo senhor Presidente da Junta que não era verdade já que a que está colocada à porta da Central de Cervejas tem abrigo e foi colocada há mês e meio.

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO – ATA Nº 4/2019

O Sr. PMAF antes de passar a palavra ao Sr. PJF voltou a apelar à capacidade de síntese dos inscritos para intervir, nomeadamente o eleito do Partido Socialista, Bruno Cordeiro, da bancada da CDU, nomeadamente a eleita Ângela Bordalo depois Paulo Basílio Célia Duarte da Bancada do CDS, e como do BE não tinha havido inscrições, informou que não iria aceitar mais intervenções, permitindo apenas ao senhor Presidente a oportunidade de intervir para prestar os esclarecimentos pedidos, reforçando novamente a sua atenção na capacidade de síntese.

O Sr. PJF começou por responder à eleita Helena Freitas sobre a questão da iluminação de natal. Efectivamente, era sua opinião que a iluminação de natal tinha sido no ano passado melhor que nos anos anteriores, que no ano em curso verificámos que não tinham cumpridos os mesmos pontos que no ano anterior e tinha sido manifestado esse desagrado à Câmara Municipal que tinha dito que ia rever a situação e chamar a atenção da empresa responsável pela iluminação, que ainda nada tinha acontecido até à presente data e tinha dúvidas que ainda viesse a ser reposta.

Sobre a escola EB2/3, o que o senhor Presidente da Junta podia dizer era que, do que conhecia, a situação estava efectivamente atrasada embora houvesse vontade da Câmara Municipal de se sobrepôr ao Ministério da educação o que implica haver um protocolo que está de certa forma formalizado. Adiantou ainda que a Escola não tinha ainda um projeto definitivo, que isso ia demorar, que daria depois lugar ao orçamento, um concurso internacional mas seria processo para demorar sempre no mínimo seis meses e depois a espera, que apareça concorrente ou que ninguém conteste e portanto, na opinião da Junta, dificilmente as obras se iniciarão no ano em curso. E depois, continuou, daquilo que é a experiência da Junta com processos semelhantes, andarão depois à volta de seis, sete meses até à sua conclusão. Tinha conhecimento que a situação era de facto dramática, já se tinha reunido com alguns professores e relatou que havia até alunos que, assim que se abriam as portas das salas, corriam para arranjar cadeiras para se sentarem em condições. Portanto, acrescentou, a situação na escola era muito má, quer em termos de segurança, quer em termos de material didáctico para trabalharem e essa era de facto uma preocupação comum a todos.

Respondeu depois às questões levantadas pela eleita Lina Batista do BE e começou por dizer que, se por um lado era um facto que Vialonga era uma freguesia com zonas muito bonitas, como a Quinta D. Cândida, Quinta de Tróia, Flamenga, com custos elevadíssimos para a sua manutenção, por outro tínhamos um grande problema causado pelos dejetos dos animais. por outro Vialonga tinha um grande problema com os dejetos dos animais. Falou na questão da falta de civismo dos donos dos animais que acabam por ser os maiores utilizadores dos espaços verdes, ficando aquém o seu usufruto por parte das crianças. E, insistiu, a dificuldade de manter estas zonas limpas era tão grande, que era quase uma batalha perdida conseguir garantir as boas condições para as crianças utilizá-los. Relativamente ao parque infantil para esta zona, havia a garanti de dar algum embelezamento zona da Quinta da D. Cândida, com alguns bancos e espaço de lazer, mas não estava prevista a construção de qualquer espaço infantil, dado não haver verba para este tipo de investimentos porque tinha havido descentralização nesta matéria e era responsabilidade da Câmara.

Relativamente ao Centro de Saúde, concordava que era um facto que estava a “rebentar pelas costuras”, em muito mau estado e que tudo apontava que o novo estaria a funcionar no prazo de um ano.

Relativamente a um lar de idosos, informou que há muitos anos a Câmara Municipal tinha cedido um espaço para esse efeito. Situava-se nas traseiras da ABEIV, colado ao Parque urbano da Flamenga. Já tinha sido visitado por muitos autarcas e deputados, mas a verdade é que a sua construção tem custos, precisará do apoio do governo e sempre que alguns partidos apresentam alguma proposta, não tem merecido aprovação na Assembleia da República, sem a qual nenhuma instituição em Vialonga tem capacidade financeira para o fazer de raiz. Resumindo, sem o apoio do Estado ou da Câmara, muito dificilmente viríamos a ter um lar de idosos. Bem precisávamos, acrescentou, mas seria também importante que além de oferta de qualidade aos nossos idosos,

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO – ATA Nº 4/2019

houvesse também oferta de preços acessíveis para os idosos mais carenciados, já que na zona não existem com camas suficientes para a procura.

O **Sr. PMAF** deu depois a palavra ao eleito Bruno Cordeiro, da bancada do PS.

**Bruno Cordeiro (PS):** Começou por falar na mobilidade e na circulação de peões que é difícil, quer para as que têm mobilidade reduzida, que precisem de circular em cadeira de rodas, quer para as que precisam de circular com carrinho de bebé ou até para as pessoas idosas. Relatou que ele próprio, tinha feito esse exercício, perto do Pingo Doce, um pouco mais abaixo da Quinta da Flamengo e tinha verificado que era notória a incapacidade de circulação por parte de pessoas com mobilidade reduzida. A colocação de postes de sinalização nos passeios que obrigam a desviarem-se para a estrada e depois a falta de rebaixamento dos passeios para retomarem os seus percursos, é uma situação grave e podia-se estender este a outros exemplos na freguesia. Disse que gostaria de saber o que está a ser feito para melhorar essa situação. Referiu-se depois à estrada que faz a ligação entre Santa Iria e Vialonga, grande parte dela sem separadores centrais o que coloca em risco quem nela transita. Registava-se até alguns acidentes naquela via e perguntava se existia alguma informação concreta sobre intervenções previstas pelo responsável, que pensava ser a Infraestruturas de Portugal.

O **Sr. PMAF** passou depois a palavra à eleita Ângela Bordado da bancada da CDU.

**Ângela Bordado (CDU):** Depois das habituais saudações, dirigiu as suas palavras para falar na Estrada da Alfarrobeira e na grande preocupação que o seu estado lhe causava. tudo naquela estrada a preocupava, reforçou, mas particularmente a circulação dos peões porque todos estavam em risco, destacando a saída do túnel. Falou no péssimo estado do piso, na entrada e saída do túnel, e noutras áreas, e insistiu que era urgente uma intervenção. Perguntou depois se havia alguma novidade em relação à ligação da Urbanização Malvarosa à rotunda da saída da AE, se estava previsto algum estudo sobre o impacto que o trânsito viria a ter naquela zona e de que forma viria a ser afetada.

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao eleito Paulo Basílio, da bancada da CDU, não sem antes esclarecer que, devido a problemas técnicos, a sessão da Assembleia passava a ser transmitida sem imagem, mantendo-se apenas o áudio.

**Paulo Basílio (CDU):** Disse ter dois reparos para fazer: tinham sido feitos dois “remendos atamancados” nos entroncamentos da Rua 1º de Maio com a rua Calouste Gulbenkian e a Rua 25 de Abril. Era importante que não ficassem como estão. Outra questão tinha a ver com os caixotes do lixo que não travam e com o temporal andam depois no meio da estrada. alertava que essa era uma situação recorrente e era necessário proceder à substituição destes equipamentos. Deu como exemplo a entrada da Praça da Liberdade onde até teve que colocar pedras para que os caixotes lá ficassem.

O **Sr. PMAF** deu depois a palavra a eleita do CDS-PP, Célia Duarte.

**Célia Duarte (CDS-PP):** Disse que, ainda sobre o esclarecimento dado pela eleita Leonor Alves sobre o site da Junta e para esclarecer que tinha falado sobre o facto de os separadores dizerem sempre estar “em actualização” e não ter dito que as actas não estavam actualizadas. O que tinha dito não estar actualizado, era na parte das Moções.

O **Sr. PMAF** deu a palavra ao Sr. PJF.

O **Sr. PJF** começou por informar que em relação à questão da mobilidade tinha sido enviada uma Moção à Câmara Municipal no sentido de criar alguma algum trabalho sobre este tema mas acrescentou que era difícil nalgumas zonas criar passeios a não ser que se puxassem as casas para trás e haver coragem para se vir a criar um único sentido dentro de Vialonga, é uma característica difícil de resolver. Lembrou que outras situações também causam muita preocupação como a estrada do túnel, onde tinha tido havido um grave acidente com a queda de uma senhora que tinha ido para o hospital e que portanto, se a Estrada da Alfarrobeira carecia de reparação urgente a estrada do túnel também. Até já tinha falado em reunião de Câmara na possibilidade de se criar um

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO – ATA Nº 4/2019

passaio na estrada do túnel, o que até teve aprovação da parte da Câmara mas que tinha sido explicado que os proprietários dos terrenos pediam muito dinheiro pela cedência de espaço para os criar. Ora, explicava o Senhor Presidente da Junta que os proprietários lhe tinham dito que eram sete os herdeiros e que portanto tinha que haver um encontro com todos para discutir o assunto e que nem sequer tinham adiantado valores.

Falou depois na estrada da serra sobre a qual concordou carecer duma intervenção das Estradas de Portugal. Dado o desnivelamento, tinha sido imposto o limite de velocidade para trinta kms/hora mas precisava mesmo duma intervenção e não sabia para quando estava prevista. Concordava com o eleito Bruno, que deveriam insistir com a Câmara para fazerem esse trabalho, que devia até ser dividido com a Câmara de Loures.

Relativamente aos caixotes do lixo, confirmou que a junta tinha recebido algumas reclamações na sequência do temporal. Disse que iria levantar essa questão com a Câmara Municipal, que no início do ano tinha feito algumas substituições desses equipamentos (os novos cinzentos já tinham esse sistema de travagem) mas não sabia o ponto da situação.

Sobre o remendos de alcatrão, disse estar satisfeito com a aquisição feita pela Câmara de uma viatura que era conhecida por “tapa buracos”. disse que Consideravam ser i uma aquisição muito boa porque a máquina faz um bom trabalho. Já tinha estado na freguesia, tinha colocado alguns remendos, mas era preciso vir novamente.

Ainda usou da palavra para falar na passadeira à entrada da Rua 28 de Setembro e explicar que era intenção da junta arrancar a pedra que lá está na marcação e deslocar a passadeira mais para cima mas essa intervenção só poderá ser feita com a garantia da presença do “tapa buracos” para resolver logo a situação do pavimento. Esclareceu que o sinal terá sempre que ser colocado em cima da passadeira e se fosse antes, seria na rua Professor Egas Moniz e daria assim a ideia que a passadeira estava na Rua Professor Egas Moniz. A solução, disse. será colocar o sinal em cima da passadeira mas num futuro próximo deslocá-la mais para cima, aí uns dez ou quinze metros.

O Sr. PMAF propôs a votação das actas enviadas para cada um dos eleitos, referente à sessão ordinária de vinte e seis de junho de dois mil e dezanove, nomeadamente acta número dois de dois mil e dezanove, aprovada pelos nove eleitos presentes com direito a votação. Passou-se depois à votação da acta referente à sessão ordinária de vinte e cinco de setembro de dois mil e dezanove, acta número três de dois mil e dezanove, com dez pessoas presentes habilitadas a votar e com a sua aprovação feita por unanimidade. Estando ambas aprovadas, disse o Sr. PMAF que tomaria as devidas diligências para que fossem publicadas o mais breve possível, nomeadamente no site da JFV.

O Sr. PMAF deu a palavra ao eleito Bruno Cordeiro, da bancada do PS.

**Bruno Cordeiro (PS):** Disse querer registar com apreço a tentativa de melhoria na elaboração das actas, reconhecendo o caminho feito com o trabalho no sentido de melhorar quer na redação, quer na sua elaboração.

### ----- PUNTO 1 - INFORMACÃO DA ATIVIDADE DA JUNTA DE FREGUESIA CORRESPONDENTE AO PERÍODO DE 1 DE SETEMBRO A 30 DE NOVEMBRO DE 2019-----

O Sr. PMAF deu início ao período da Ordem do Dia, passando a palavra ao Sr. PJF.

O Sr. PJF usou da palavra e referiu que mesmo num curto período, a Junta tinha tido um longo trabalho no sentido de resolver muitos problemas da Freguesia, nomeadamente no Casal do Freixo, no corte de mato, na manutenção dos espaços verdes, pintura de bancos de jardins e colocação de mobiliário urbano. Disse que até trinta de novembro, relativamente à receita, o grau de execução era de oitenta e nove ponto sessenta e seis. Informou a seguir que, relativamente às despesas havia um grau de execução de noventa e quatro e meio por cento o que significava que a partir daquela data as despesas passavam a ser suportadas pelo orçamento da Junta porque o dinheiro da descentralização da Câmara tinha esgotado. Explicou que já tinham sido gastos noventa e nove

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO – ATA Nº 4/2019

vírgula cinquenta e sete por cento do dinheiro recebido pela Câmara e justificado. Deu depois um exemplo de disparidade nos valores transferidos das Câmaras de Vila Franca e Odivelas no que se refere à manutenção das zonas verdes, sendo que a de Vila Franca transfere doze cêntimos e a de Odivelas um euro e trinta e quatro para o mesmo serviço e já tinha transmitido essa preocupação à Comissão de Finanças da Assembleia Municipal. Explicou que os espaços verdes da freguesia eram essencialmente canteiros, não podiam ser mantidos com maquinaria mas sim com mão de obra e por isso era um pago um valor muito baixo para a despesa que efectivamente estas manutenções custavam. Insistiu que era importante uma actualização destes valores transferidos pela Câmara.

### ----- PUNTO 2 - GRANDES OPCIONES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2020-----

O Sr. PMAF deu a palavra ao Sr. PJF para fazer a introdução do ponto.

O Sr. PJF referiu o orçamento para dois mil e vinte no valor de oitocentos e setenta e um mil e trezentos e cinco euros, para tratar de dezoito quilómetros quadrados de área numa freguesia com vinte e dois mil habitantes, 22000 habitantes, o que era manifestamente pouco. Com a agravante que se perderam cerca de quatro mil euros com emissão das licenças de canídeos que ao abrigo da alteração da lei, deixaram de ser obrigatórias nas juntas de freguesia. Esse valor dava algum jeito para desenvolver algum trabalho até porque cerca de setenta e dois por cento do orçamento era gasto com pessoal. E o problema ia agravar-se disse, porque dos dois coveiros existentes, um ia meter os papeis para a reforma e o outro, com problemas de saúde já tinha manifestado intenção de deixar essas funções. Consultados os restantes funcionários, ninguém se tinha mostrado interessado em ser coveiro e e no mercado de trabalho fora, também não tinha sido possível arranjar ninguém, apesar de tentativas feitas através de contactos facultados por outros Presidentes de Juntas. Tinha conseguido convencer um funcionário das zonas verdes a mudar para o cemitério e lá estava a aprender. Explicou que, não obstante a Câmara Municipal pagar apenas um coveiro, a Junta de Freguesia tinha sempre que ter dois para garantir o funcionamento do cemitério nos fins de semana. Toda esta situação, explicou o PJF levava a que no próximo ano, a JF tivesse que ter quatro coveiros: um a aguardar aprovação do seu pedido de reforma, com a incógnita de quanto tempo de resposta vai aguardar e pode ser de um a seis a sete meses, outro em convalescença e os dois que se preparam para os substituir. Explicou que o orçamento de oitocentos e setenta e um mil euros era absorvido só para pessoal e era tão reduzido que sempre que era preciso mexer, desequilibrava logo. Falou no reduzido número de funcionários na varrição para uma área tão grande da freguesia (com a agravante de estarem alguns com baixas prolongadas há muito tempo).

Focou também a vontade da funcionária Luísa em reformar-se e na necessidade de se encontrar alguém que a substitua nas diversas matérias que ela trabalha e algumas exigentes e muito melindrosas, como a gestão administrativa do cemitério. Será necessário que, através de concurso, provavelmente, alguém venha aprender com ela e a substitua mas será mais outro encargo no quadro de pessoal. Acrescentou ainda o PJF que estava consciente que iria ser criticado pela oposição por não poder mostrar investimento mas a verdade era que se resumia a trinta e quatro mil euros, dos quais mil e trezentos queriam aplicar no acesso ao edifício da Junta de Freguesia para pessoas com mobilidade reduzida (tinha até já falado com a Vereadora Manuela Ralha que se tinha mostrado sensibilizada com o facto de as funcionárias da Junta terem que atender as pessoas em cadeira de rodas, na rua e muitas vezes até resguardadas pelo chapéu de chuva). Na sequência das várias reuniões com a oposição e graças também à disponibilidade da eleita Lina Batista com as suas propostas, tinha sido decidido aplicar dez mil euros na compra de mobiliário urbano para apetrechar algumas zonas da freguesia. E, continuou o PJFV, restavam seis mil euros para aplicar nas zonas verdes e não tinham mais. Referiu, também, que a Junta não queria perder a prática que tem há anos seis mil euros são destinados a visitas de estudo de todas as crianças das escolas da freguesia, com a gestão desse valor gerido pela escolas. Outras despesas como a ajuda da Orquestra, o apoio na

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO – ATA Nº 4/2019

realização da feirinha das escolas, o dia da criança, a quinta feira de espiga, embora não constando como investimento, eram despesas e tinham, de facto, ser consideradas investimento. Insistiu que a Junta de Vialonga era das freguesias do concelho que menos verba recebia dos Acordos de Execução, só ficando atrás a de Vila Franca, com uma área geográfica muito menor e com muito menos habitantes. Vialonga recebia quinhentos e quarenta e um mil e Vila Franca vinte sete mil. A JFV ainda tinha que cobrir parte dos vencimentos porque tinha havido uma actualização do valor do ordenado mínimo nacional e o valor transferido pela Câmara não acompanhou essa actualização. O custo de vida aumenta, disse, mas os valores dos Acordos até vão reduzir no caso de Vialonga e referiu ainda o corte na receita dos canídeos.

O Sr. PMAF passou a palavra ao eleito do PS, Pedro do Canto.

**Pedro do Canto (PS):** Começou por dizer achar não haver novidades no orçamento. quando o PJP diz que as receitas têm diminuído, curiosamente, disse PC, os recursos humanos têm aumentado exponencialmente, o que era um paradoxo e embora a bancada do PS concorde que a JF deve ter os recursos humanos adequados para fazer as suas funções, ela não pode ser única e exclusivamente um empregador. Deve sim, ser um empregador com contratos em condições para os seus funcionários, mas deve conseguir prestar serviço à população. A enorme despesa com pessoal, setenta por cento, é quase ingerível para qualquer partido, seja este ou outro. Disse que contratar pessoal quando mantinha ainda outros em processo de aposentação, era incrementar ainda mais a despesa nesta área. Não podiam concordar e não era só uma questão de opções políticas. Este não era o orçamento daquela bancada. A verdade é que o valor de investimento que está considerado não é suficiente para prestar aos cidadãos, aos fregueses da freguesia de Vialonga aquilo que eles necessitam. Disse que a bancada até percebia e registava com agrado algumas das iniciativas desenvolvidas pela junta mas a verdade é que havia no orçamento alguma lógica festiva. Já tinham dito não ter nada contra as festas mas consideravam que Vialonga tinha que ter umas festas adequadas ao orçamento, tendo se calhar que escolher outras coisas para investir em Vialonga. Referiu depois o Fórum registado nas Grandes Opções do Plano, que esperavam poder trazer algumas luzes e especialmente em relação àquilo que já tinha sido falado várias vezes e que tinha a ver com o mercado de Vialonga e o seu subaproveitamento. Relembrou que a bancada está disponível para, neste Fórum, encontrar soluções para este espaço que precisa de reestruturação. Perguntou depois qual é o valor total de apoio ao movimento associativo, perceber que a que se destina quatro mil euros para outras atividades cívicas e religiosas e perceber se o valor destinado ao Boletim Informativo era de facto cinco mil setecentos e cinquenta euros era o valor correcto.

O Sr. PMAF passou depois a palavra à bancada do CDS-PP, Célia Duarte.

**Célia Duarte (CDS-PP):** Começou por dizer que não via grandes novidades em relação aos orçamentos apresentados em anos anteriores, que se mantinha a mesma queixa do executivo em relação ao pouco dinheiro para investimento. Disse achar ter mais dinheiro era importante mas o estilo de gestão tinha muita influência quando essa gestão era marcadamente ideológica como era o caso da JFV. Apresentou vários cálculos para mostrar que três quartos do orçamento eram gastos com encargos com pessoal, que eram muito reduzidos com a formação (numa era digital) e que pouco restava para investimento. Ressalvou que qualquer actividade que envolva turismo e comércio era zero e que nada aparecia nas grandes opções do Plano em matéria ambiental, onde se poderia considerar muitas das energias e equipamentos. Pediu esclarecimentos relativamente à quantia prevista para as funções sociais, habitação e serviços colectivos, no valor de quinhentos e setenta e três mil, duzentos e oitenta e oito euros. Face a tudo que apontava, notava que até dois mil e vinte e dois, seria completamente impossível fazer algo diferente e a população de Vialonga apenas podia esperar estagnação e sobretudo pagar até haver alteração neste modelo de gestão até que um dia algo de importante e positivo ocorra.

O Sr. PMAF passou a palavra ao Sr. PJF.

O Sr. PJF, em resposta às questões apontadas pelos eleitos e começando por dirigir-se ao Pedro do Canto, confirmou que efectivamente no passado os gastos com pessoal eram menores porque se recorria aos C+, ao IEFP, com um quadro de pessoal a ganhar setenta euros por mês o que a trabalhar sete horas por dia, o que ajudou a junta, mas achou-se não ser esse o caminho por ser degradante para as pessoas e por isso se reforçou o quadro de pessoal dando às pessoas o direito ao emprego e a uma vida estável. Sabia que ainda havia juntas que recorriam a estes meios precários de trabalho, mas a de Vialonga, aceitava as críticas mas tinha muito orgulho de não ter estes precários e por isso tinha um encargo de setenta e dois por cento com pessoal. Também tinha acabado com o recurso a empresas de prestação de serviços que cobravam no mínimo mil e quinhentos euros por cada trabalhador, que depois levava para casa o salário mínimo. Portanto, continuou o PJF, a bem da freguesia, e para fazer um trabalho com qualidade, era necessário ter a trabalhar gente com qualidade e por isso se tinha feito um reforço. dos quadros. Por outro lado, defendia que não competia à Junta fazer investimento, ao contrário do que defendia a bancada do PS e CDS. Isso cabia a quem tem setenta e sete milhões de orçamento. Não era à JF com um orçamento de oitocentos e setenta mil que competia fazer investimento. Via que o que as bancadas do PS e CDS defendiam era o trabalho precário e não era esse o caminho da JFV. A JFV precisava era de mais gente no quadro para fazer bem o seu trabalho. Esclareceu depois que tinham onze mil e quinhentos euros destinados ao Movimento Associativo. Reconhecia que era pouco mas não conseguiam “esticar mais a corda”. Falou depois das festas e alertou que só as despesas da GNR para que as festas possam acontecer são um encargo enorme. Explicou depois que a JFV é a única que permite às Associações guardar todo o dinheiro feito nas tasquinhas e cede gratuitamente as tasquinhas. Explicou que o dinheiro que é visto com os encargos da central de cervejas com aquisição de cerveja, deve ser visto mais à frente como receita porque as Associações pagam depois à junta essa aquisição e surge noutra rubrica. As festas, disse, têm portanto encargos que também servem de apoio ao Movimento Associativo. Voltou ao tema do quadro de pessoal para comparar com a freguesia da Póvoa de Santa Iria, com apenas sete kms quadrados, e Vialonga com dezoito kms quadrados e pediu que se visse o quadro de pessoal daquela em relação à de Vialonga. Sobre a contratação de pessoal, perguntou como poderia fazer para contratar alguém para o cemitério. Só contratava depois da aposentação do funcionário? Relembrou que, assim que o funcionário pedisse aposentação, tinha que estar preparado com outra pessoa para o substituir porque esse estado de reforma tanto podia demorar um mês, como cinco ou seis. Entendemos que é uma área muito sensível e que mexe muito com as pessoas e não pode ser qualquer pessoa a desempenhar aquelas funções. Sobre o Boletim Informativo, o PJF esclareceu que tinham um encargo de cinco mil e quinhentos euros com a empresa que presta esse serviço e faz todo o trabalho, com uma tiragem anual de três, quatro edições. Como surgiu a dúvida se esse valor incluía a impressão, foi sugerido que, oportunamente o Executivo da Junta fizesse chegar à MAF os detalhes sobre o Boletim Informativo e em que moldes eram distribuídos os valores gastos com a empresa responsável pela sua edição e quais os custos na sua totalidade. -----

O Sr. PMAF chamou a atenção para a hora que continuava a decorrer a sessão e foi depois deliberado que mesmo após as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos, e sem qualquer objecção dos presentes, iriam continuar a sessão já no dia seguinte ao da marcação da Assembleia e passou a palavra ao eleito da bancada da CDU, Paulo Basílio.

**Paulo Basílio (CDU):** Começou por dizer não querer alongar-se muito nas comparações das áreas geográficas e número de trabalhadores das freguesias, o que já tinha sido feito pelo PJF, tinha a dizer sobre o orçamento que depreendia pelo comportamento das bancadas do PS e CDS que tentavam fazer a quadratura do círculo, ou seja, se por um lado queriam que a junta fizesse o seu trabalho, mas com menos despesas possível com os trabalhadores para realizar essas tarefas. E Isso,

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO – ATA Nº 4/2019

continuava, era mesmo muito complicado. Há quem prefira a precariedade, continuou, eram opções governamentais, mas pelos vistos a CDU não pensava dessa maneira. Lamentava não ser ouvido uma palavra na sessão para se pedir mais verba da Câmara. Perguntava se seria intenção da Câmara asfixiar a Junta. Seria esse o seu interesse político?

Terminava perguntando ao PJJ se a verba que a Câmara tenciona transferir à Junta se iria manter nos sete vírgula cinco por cento.

O **Sr. PMAF** deu a seguir a palavra ao eleito do PS, Bruno Cordeiro.

**Bruno Cordeiro (PS):** Mencionou vários investimentos feitos pela Câmara na Freguesia, como os melhoramentos nas Escolas, parques infantis, construção do quartel dos Bombeiros, o novo centro de saúde e perguntou se o PJJ não tinha memória desses. Conseguia alancar uma quantidade de investimentos por parte da Câmara para dizer que o “bolo” tem sido grande e portanto disse que era quase um exercício de falácia dizer que não havia investimento da Câmara. Referiu depois os contratos de prestação de serviços para realização de determinadas tarefas, e perguntou ao PJJ, quantos, à luz da legislação, perante irregularidades ou incumprimento por parte das entidades, foram aplicadas penalizações. Falou depois nos acordos dos de execução no âmbito da gestão de contratos interadministrativos e disse que tinha até havido um reforço nas verbas transferidas e uma diminuição das competências atribuídas à JFV. Disse depois que notava uma certa incoerência da parte da JFV porque sempre que o tema da descentralização de competências era levado a votação nas Assembleias da Câmara, esta votava contra. Terminou dizendo que não admitia lições de moral dadas pelo PJJ, ainda sobre o assunto das festas de Vialonga e falou no empenho da sua bancada e das restantes ali presentes naquilo que eram as questões e os problemas da freguesia.

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao Sr. PJJ para os devidos esclarecimentos.

O **Sr. PJJ** esclareceu que não tinha dito que as empresas que prestavam esse serviço à Junta prestavam um mau serviço, elas pagavam era salários baixos aos trabalhadores e custavam à Junta mil e quinhentos euros por cada trabalhador e portanto a Junta preferiu passar a fazer a contratação e pagar um valor mais digno para fazerem o mesmo trabalho. Relativamente ao investimento, disse que obviamente tinham que o fazer na reparação e manutenção de calçadas. Esclareceu que muito do orçamento da Junta é aplicado naquilo que são as competências descentralizadas pela Câmara, de quem recebe quinhentos e quarenta e um mil euros, mas que não chegam para fazer um bom trabalho. E voltou a dar o exemplo do cemitério, que recebe da Câmara verba apenas para um funcionário e que precisa, para funcionar no seu horário completo de segunda-feira e domingo de dois funcionários. Um pago pela Câmara e outro pago pela Junta. Desafiou até as bancadas a fazerem uma proposta para o cemitério deixar de funcionar ao fim de semana. Deu outro exemplo e falou na recolha de monos que para ser feita tem que ter dois funcionários e isso, disse, também era investimento. Esclareceu o valor pago ao TOC e à empresa que faz a gestão da protecção de dados, com assessoria administrativa com a adaptação dos serviços a estas novas leis. Foi ainda esclarecida a eleita da bancada do CDS, com detalhes do classificador POCAL que a Junta tem que respeitar e tem que enquadrar ali todas as rubricas. O PJJ esclareceu ainda que as formações que têm sido feitas têm sido gratuitas porque têm sido feitas pela ANAFRE e portanto sem custos mas mantem-se a rubrica aberta com um euro para a eventualidade de ser necessária alguma outra noutra entidade que acarrete gastos.

O **Sr. PMAF** passou a palavra à eleita da CDU, Ângela Bordalo.

**Ângela Bordalo (CDU):** Disse que relativamente ao que estava a ser discutido que era o valor gasto com pessoal e ao valor gasto pela Câmara e dando alguma razão ao eleito da bancada do PS, naquilo que foi algum do investimento da Câmara, disse que o ideal era, na sua opinião, haver mais apoio à população naquilo que devia ser o real investimento da Junta. E isso, continuou, passava por ter mais gente para trabalhar essa vertente: um técnico social para dar apoio a carenciados e terceira idade, um técnico para a criação de colónia de férias para seniores ou mais

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO – ATA Nº 4/2019

novos, um técnico para uma vertente mais cultural para desenvolver outro tipo de iniciativas. Aquilo que se estava a discutir era um quadro de pessoal onde a maioria ganhava pouco mais que o ordenado mínimo nacional. Impactava muito porque o orçamento era pequeno e não esticava, reforçou. O que a Junta recebia era para a gestão diária, se queriam mais, teriam que se sentar todos à mesa e falar.

O **Sr. PMAF** passou a seguir à votação do Ponto 2 que foi aprovado por maioria com seis votos a favor, cinco votos contra e duas abstenções.

### -----PONTO 3 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PREVISTA NA LEI DOS COMPROMISSOS-----

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao Sr. PJF para fazer a introdução do ponto.

O **Sr. PJF** informou que tinha feito chegar a todas as bancadas cópias de todos os contratos em vigor na Junta de Freguesia, ressalvando que o que existia com a Fidelidade e Intermarché, iam ser áreas onde se ia fazer nova consulta para se renegociar quer nos seguros quer na aquisição de combustível.

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao eleito da bancada do PS, Pedro do Canto.

**Pedro do Canto (PS):** Disse que, relativamente à Autorização prévia, disse que gostaria de fazer algumas considerações. Constatar que, desde que era eleito, era a primeira vez que se fazia o pedido de autorização prévia, o que era uma ilegalidade porque devia ter ido à Assembleia de Freguesia. Mas havia um facto que desrespeitava pela Assembleia de Freguesia que era o facto de ter sido celebrado um contrato plurianual, em dois mil e dezanove, quando se discutia a autorização prévia. esse contrato tinha que ter sido levado à Assembleia de Freguesia e isso era um desrespeito às funções da Assembleia de Freguesia. Já em dois mil e dezoito tinha acontecido o mesmo com a celebração de um contrato plurianual com a Grenke e com a empresa Letras e Sinais. Destacou o contrato com a empresa Letras e Sinais para alertar o valor referido para a emissão do Boletim não era o mencionado no orçamento e, por outro um dos itens do contrato refere uma newsletter eletrónica da Junta, mensal, que nem sequer existe e que, numa altura que se fala de pouco dinheiro no orçamento para investir, gastar numa entidade a produção de uma newsletter que se desconhecia configuravam-se algumas situações que, insistiu, eram de falta de respeito.

O **Sr. PMAF** passou a palavra à bancada do CDS-PP, Célia Duarte.

**Célia Duarte (CDS-PP):** Começou por destacar dois contratos: o da manutenção de software com a empresa Fresoft, cujo descritivo dava a entender que tinha terminado em dois mil e catorze e não se observava em nenhum dos documentos que o PJF apresentou às bancadas nenhuma cláusula de renovação. Mencionou também o contrato com a empresa Riso Ibérica para ler alguns detalhes do contratado em termos de renovação para concluir que teria terminado em dezanove de março de dois mil e dezasseis, e lembrou que foram eleitos em dois mil e dezassete. Por outro lado o espaço da data a assinar para a sua renovação, está em branco.

O **Sr. PMAF** lembrou que era a terceira vez que o tema era discutido em Assembleia de Freguesia e que, felizmente, nunca se tinham pronunciado sobre a matéria. Acreditando que a Assembleia era um espaço de rigor e transparência e olhando para todos os contratos que tinham sido apreciados pelo seu partido, via com alguma preocupação alguns contratos. Em rigor, alguns contratos deveriam ter sido levados pelo Executivo da Junta à Assembleia logo no início da sua legislatura, em dois mil e dezassete. Não ia falar de outros contratos que já tinham sido falados mas do que tinha sido celebrado com Joaquim Filipe Dionísio que é um senhor Jurista. Era um contrato celebrado em dois mil e sete, com uma duração de doze meses e portanto se nenhuma das partes mostrar nada em contrário, o contrato ia-se mantendo em vigor e portanto, estamos em dois mil e dezanove e o contrato mantém-se exactamente o mesmo. Pediu esclarecimentos sobre as marcações para o serviço prestado pelo Jurista contratado por não ser claro no contrato. Não ia pronunciar-se em

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO – ATA Nº 4/2019

relação ao valor pago pelos quatro dias mensais, das dezoito às vinte e uma e trinta minutos, mas preocupava-o por uma questão de princípio. Relembrou que o PJF apresentou um quadro com algumas informações genéricas, manifestamente insuficientes e os valores passaram de um valor de noventa mil euros, o máximo legal, para no momento apresentar vinte mil euros e pedia explicações porque era assunto que o preocupava e tinha dúvidas que todos os fregueses conhecessem estas situações.

O **Sr. PMAF** passou a palavra à eleita do BE, Lina Duarte.

**Lina Batista (BE):** Relembrou que sempre tinha sido contra a ida à Assembleia da discussão da Autorização Prévia. Já tinha analisado os contratos e não entendia porque era novamente levada à Assembleia essa questão.

O **Sr. PMAF** deu a palavra ao Sr. PJF.

O **Sr. PJF** esclareceu que, por erro de interpretação da Lei, por parte da JF, tinham somado todos os contratos para três anos e tinha dado o valor de cinquenta e tal mil euros. Depois o eleito BC tinha chamado a atenção que não devia ser visto o valor total mas contrato a contrato. Emendámos e para salvaguardar todos os contratos, considerámos os vinte mil euros. Este assunto era levado novamente a Assembleia porque ou era aprovado o documento ou numa próxima Assembleia era visto contrato a contrato. Explicou que, por exemplo em relação ao contrato com a Fresoft, já tinha sido estabelecido no tempo do mandato do Carlos Braga e tratava-se da empresa que fazia a gestão de todas as aplicações que permitiam o funcionamento dos serviços da Junta, desde os vencimentos, atendimento, etc. e pra já desconhecia outro parceiro que conseguisse fazer o mesmo trabalho, mas as juntas de freguesia com quem contactava tinham igualmente contrato com a mesma empresa. Explicou depois o funcionamento do serviço de aconselhamento jurídico. Explicou que as marcações eram feitas por telefone, no dia do atendimento, num limite de quatro a cinco pessoas. Explicou que o advogado dava apoio jurídico à Junta e prestava este apoio à população. E por esses serviços eram pagos quinhentos e qualquer coisa euros. Salientou que para a população este apoio era gratuito. Algumas juntas de freguesia, sabia, tinham feito acordos com a Ordem dos Advogados mas fazendo-o, também, já obrigaria ao pagamento de algum valor de acordo com a sua situação comprovada de insuficiência económica. Tem sido entendimento do Executivo que o serviço funciona, as pessoas estão satisfeitas e portanto, disse o PJFV não viam motivos para mudar. Se a Assembleia tiver outro entendimento, estaria receptivo a discutir outras alternativas. Voltou a dizer que com alguns contratos já tinham intenção de fazer novas consultas, como no caso dos seguros e aquisição de combustíveis, mas não pensavam fazer o mesmo com a Fresoft, até porque seria muito complicado, nesta fase, qualquer alteração a todo o software com o qual a Junta trabalha, mas que se poderia sempre avançar para essa discussão. Relativamente ao duplicador, considerámos que já não fazia sentido manter esse contrato de aquisição de equipamento e portanto com um valor baixíssimo, a empresa faz a manutenção da máquina que é sua propriedade. O contrato com a MEO também iria ser renegociado mas já tínhamos tido com a NOS e os valores não diferem muito uns dos outros.

O **Sr. PJF** passou a palavra à eleita Leonor Alves para esclarecer o contrato referente à emissão do Boletim Informativo que, parecia-lhe seria o contrato mais polémico.

**Leonor Alves (Secretária do Executivo):** Começou por dizer achar ser muito grave que se tivesse dito na presente Assembleia que se os votantes na CDU tivessem conhecimento do que se passava, provavelmente não teriam votado da mesma forma. Explicou depois, relativamente à Newsletter que, tinha sido numa primeira fase uma “coisa” muito básica. Mas considerou o Executivo que já que tinham contratado a empresa para outros serviços, fazia sentido que ficasse também encarregue dessa emissão e seria para todos os contactos de e-mail “cativados” sempre que enviavam algum *mail* ao seu *e-mail* institucional. Todas as pessoas que consultam a página da Junta

de Freguesia podem pedir para subscrever a Newsletter, e convidou o eleito Pedro do Canto a fazê-lo também

O **Sr. PMAF**, dirigindo-se ao Sr. PJF mas referindo-se à intervenção da eleita Leonor Alves, disse que ia presumir que tinha havido uma manifesta falta de entendimento. Não tinha dito que as pessoas não teriam votado na CDU se soubessem, o que tinha dito, que era manifestamente diferente, tinha sido que, assim como não conhecia, tinha dúvidas que os fregueses conhecessem. Como a informação não era clara, não a conhecia e tinha dúvidas que toda a gente conhecesse. Jamais diria: “se soubessem não votavam”. Fazia questão de esclarecer para garantir que se mantinha o clima de respeito mútuo. Ainda sobre o contrato com o Jurista, esclareceu que não tinha posto em causa o trabalho que aquele prestava. O que não era claro, insistiu, era um contrato celebrado em dois mil e sete vigente por doze meses, ainda estar em vigor, sem nada, nem nenhum documento que dissesse da sua renovação. A informação, insistia, devia ser clara, rigorosa em prol do princípio de boa fé que deve pautar os trabalhos da Assembleia. Não era um ataque de carácter ou à honra.

O **Sr. PMAF** passou depois a palavra à eleita Célia Duarte da bancada do CDS-PP.

**Célia Duarte (CDS-PP):** Disse que, ainda sobre o contrato com Joaquim Dionísio, pediu que se esclarecesse se eram duas ou três horas de trabalho semanal porque isso não era claro.

O **Sr. PMAF** deu a seguir a palavra ao eleito da bancada da CDU, Paulo Basílio.

**Paulo Basílio (CDU):** Desafiava as bancadas da oposição a pedir aos organismos de fiscalização para fazerem uma inspeção à autarquia, se consideravam assim tão graves as irregularidades que apontavam. Insistiu no desafio, e disse para tomarem essa iniciativa. Lamentou que não houvesse tanta exigência e rigor na Câmara Municipal e noutras freguesias e que os eleitos nessas autarquias não fossem igualmente “picuinhas”. Disse ainda que o contrato de que se falava até estava a ser muito bem gerido porque se em dois mil e dezassete ainda ganhasse o mesmo que em dois mil e sete estaria pobre e que portanto a JFV até estava a defender bem os seus interesses. A única falha que se podia apontar eram pormenores de renovação anual que iam ficando na gaveta mas que ninguém perdia tempo com elas e a esmagadora maioria não perdia tempo com isso e passava-se em quase todas as autarquias.

O **Sr. PMAF** deu a seguir a palavra ao eleito do PS, Bruno Cordeiro.

**Bruno Cordeiro (PS):** Começou por referir-se à Autorização Prévia como sendo um mecanismo que permite às Câmaras e Autarquias, com um grau de autonomia específico, poderem ter uma autonomia de gestão, nomeadamente nos compromissos plurianuais. A verdade é que essa primeira votação já devia ter sido feita em dois mil e dezassete, considerando-se as obrigações desde dois mil e quinze para este mandato, portanto, concluiu, logo aí, todas as contratações que tinham sido assumidas careciam de regularidade. Por outro lado, disse, o que o eleito Paulo Basílio tinha dito não era verdade já que havia, parecia-lhe, uma perspectiva de boa-fé construtiva da parte de todas as bancadas, pelo menos com uma discussão construtiva a para esse efeito. Mas lembrava que outras freguesias, do concelho, pelo mesmo motivo, tinham remetido para o Tribunal de Contas e Inspeção das Finanças essa mesma matéria. Por outro lado, analisando todos os contratos muitos deles careciam de rigor na forma e no conteúdo e não estavam corretos, como por exemplo o contrato da prestação de serviços jurídicos. Era neste momento inexistente, não havendo efetivamente uma cláusula de renovação prevista porque é um instrumento de proteção jurídica que está a ser feito ao abrigo de um contrato que não existe e já desde dois mil e oito. Essa prestação era feita sem qualquer suporte contratual da mesma forma que havia outros contratos que ou pelas renovações ou pelas datas em que tinham sido contratados. Nem se falava nos valores, por já se ter entendido que não fazia sentido, mas era um suporte frágil e estava-se a assumir uma série de compromissos plurianuais que nuns casos não tinham suporte contratual, noutros casos as obrigações manifestadas estavam incorrectas, noutros ainda a validade dos contratos estava incorrecta e o

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO – ATA Nº 4/2019

momento em que tinham sido colocados em execução também não estava correcto. Terminou dizendo que tinha apresentado as diversas fragilidades.

O **Sr. PMAF** interveio para adiantar que não se considerava mais “picuinhas” ou mais rigoroso que qualquer outro eleito da bancada Coligação Mais. Usufrui da liberdade que a Coligação do seu partido lhe dá e reserva-se ao direito de fazer as questões que acha conveniente fazer em Assembleia. Disse achar que não se estava perante questões de pormenor de burocracia mas do respeito pela lei que devia ser cumprida.

O **Sr. PMAF** passou a seguir a palavra à eleita da bancada da CDU, Ângela Bordalo.

**Ângela Bordalo (CDU):** Sugeriu que, já que não se estavam a discutir os valores dos contratos, que se avançasse com o ponto adiantando o que devia ser corrigido e o que já estava a ser alinhado ou nunca mais se chegava a lado nenhum.

O **Sr. PMAF** deu a seguir a palavra à bancada do PS, Pedro do Canto.

**Pedro do Canto (PS):** Disse que, embora parecendo que era uma questão sem interesse nenhum e puramente administrativa, como tinha dito um dos intervenientes, importava dizer que havia uma questão de legalidade e estavam disponíveis para ultrapassar tal. Primeiro porque já se tinha acordado que iam aprovar a autorização prévia ainda antes de terem sido apresentados os contratos. No entanto, vistos os contratos, havia ilegalidades e das duas uma: ou se aprovava com o compromisso de os contratos voltarem à Assembleia para serem discutidos para discussão e votação rigorosa para serem aprovados, se houver concordância da parte do PJJ para esta matéria.

O **Sr. PMAF** passou a seguir a palavra ao Sr. PJJ.

O **Sr. PJJ** começou por esclarecer a eleita Célia Duarte relativamente ao tempo de atendimento do advogado, dizendo que muitas vezes vai para lá das duas horas contratadas por cada quarta-feira, tendo ainda os assuntos internos da junta para dar apoio e orientação. Reconheceu depois haver algumas irregularidades nalguns contratos, alerta até já dado pela ANAFRE sobre essa matéria mas que eram questões administrativas que, embora dando algum trabalho se resolveriam e não queria ver como ilegalidades mas sim irregularidades. Deu o exemplo dos diversos contratos com a EDP que já existiam desde os tempos da abertura da Junta de Freguesia e que, de facto, nunca mais se tinham actualizado. A prova que nada havia a esconder era que se tinham fotocopiado os contratos e se tinham distribuído pelas bancadas, tudo de boa fé. Estava receptivo a voltar à Assembleia e reverem contrato a contrato com o objectivo de fazer melhor.

O Sr. PMAF passou então à votação do ponto 3 com seis votos favoráveis, dois votos contra e cinco abstenções, sendo aprovado por maioria.

---

### ----- PONTO 4 - MAPA DE PESSOAL PARA 2020 -----

O **Sr. PMAF** pediu ao Sr. PJJ para fazer a introdução do ponto.

O **Sr. PJJ** disse não haver qualquer alteração neste ponto mas caso viesse a ser necessário e sem outra alternativa, teria que ser contratado outro coveiro. e no caso da secretaria, se a funcionária Luisa pedisse aposentação teria que ser contratada outra pessoa a termo certo.

O **Sr. PMAF** passou à votação do ponto quatro, Mapa de Pessoal para dois mil e vinte, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 6 abstenções, sendo aprovado por maioria.

---

### ----- PONTO 5 - TABELA DE TAXAS TARIFAS E LICENÇAS PARA 2020 -----

O **Sr. PMAF** pediu ao Sr. PJJ para fazer a introdução do ponto.

O **Sr. PJJ** disse que não iriam ser aumentadas as taxas dado que no ano anterior tinham sido actualizadas e que, portanto não traziam nenhuma proposta para qualquer aumento.

O **Sr. PMAF** passou à votação deste ponto que foi aprovado por unanimidade.

-----**PONTO 6 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRÂNSITO DA FREGUESIA DE VIALONGA - (LARGO DA IGREJA, RUA DA ESCOLA NA LOCALIDADE DA GRANJA)**-----

O Sr. PMAF pediu ao Sr. PJF que fizesse a introdução do ponto 6.

O Sr. PJF esclareceu que dado não estar previsto no Regulamento de Trânsito sinalização no Largo da Igreja e Rua da Escola, na Granja, que proibisse a circulação de trânsito de viaturas pesadas, tinha sido sugerido pela Comissão de Trânsito e aprovado pela Câmara esta alteração.

O Sr. PMAF procedeu à votação do ponto 6 que foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. PMAF, Fábio Mousinho Pinto, pediu ao eleito Paulo Nogueira que procedesse à leitura da ata em minuta, a qual foi colocada à votação dos membros presentes, tendo sido aprovada por unanimidade, declarando encerrada a sessão.

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

**ATA EM MINUTA**

- Ponto Nº 2 - Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020
  - Na discussão intervieram o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, José António Alves Gomes, o eleito Pedro do Canto (Partido Socialista), a eleita Célia Duarte (CDS-PP), o eleito Paulo Basílio (CDU), a eleita Lina Batista (BE), o eleito Bruno Cordeiro (PS), a colaboradora da JFV, Rosário Arez e a eleita da CDU, Ângela Bordalo;
  - Após a discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia colocou o assunto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: 6 votos a favor da CDU, 5 votos contra (4 do PS e 1 do CDS-PP) e 2 abstenções (1 do BE e 1 da Coligação Mais);
  - O ponto Nº 1 da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria pela Assembleia de Freguesia.
  
- Ponto Nº 3 - Autorização prévia genérica prevista na lei dos compromissos
  - Na discussão intervieram o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, José António Alves Gomes, o eleito Pedro do Canto (Partido Socialista), a eleita Célia Duarte (CDS-PP), o eleito Fábio Mousinho (Coligação Mais), a eleita Lina Batista (BE), Leonor Alves do Executivo da Junta de Freguesia, o eleito Paulo Basílio (CDU), o eleito Bruno Cordeiro (PS) e a eleita da CDU, Ângela Bordalo;
  - Após a discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia colocou o assunto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: 6 votos a favor da CDU, 2 votos contra (1 do BE e 1 do CDS-PP) e 5 abstenções (4 do PS e 1 da Coligação Mais);
  - O ponto Nº 3 da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria pela Assembleia de Freguesia.

- Ponto Nº 4 - Mapa de Pessoal para 2020
  - Na discussão intervieram o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, José António Alves Gomes e o eleito Pedro do Canto (Partido Socialista)
  - Após a discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia colocou o assunto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: 6 votos a favor ( 5 da CDU, e 1 do BE) e 6 abstenções (4 do PS e 1 da Coligação Mais e 1 do CDS-PP));
  - O ponto Nº 4 da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria pela Assembleia de Freguesia.
  
- Ponto Nº 5 - Tabela de Taxas Tarifas e Licenças para 2020
  - Na discussão intervieram o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, José António Alves Gomes.
  - Após a discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia colocou o assunto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: votos a favor: 6 da CDU, 4 do PS, 1 do BE, 1 do CDS-PP e 1 da Coligação Mais;
  - O ponto Nº 5 foi aprovado por unanimidade.
  
- Ponto Nº 6 - Proposta de Alteração ao Regulamento de Trânsito da Freguesia de Vialonga - (Largo da Igreja, Rua da Escola na localidade da Granja)
  - Na discussão intervieram o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, José António Alves Gomes e o Sr. Fábio Mousinho da Coligação Mais;
  - Após a discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia colocou o assunto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: votos a favor: 6 da CDU, 4 do PS, 1 do BE, 1 do CDS-PP e 1 da Coligação Mais;
  - O ponto Nº 6 foi aprovado por unanimidade.

A Mesa da Assembleia de Freguesia,

O Presidente, Fábio Mousinho Pinto

A 1ª Secretária, Joana Aruil

O 2º Secretário, Paulo Nogueira